


**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO DIFERENTE.  
ESTADO EFICIENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo- Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer Técnico IEF/URFBIO TRIANGULO - NUREG nº. 42/2025

Uberlândia, 22 de outubro de 2025.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Clube de Tiro de Uberlândia - CTU			CPF/CNPJ: 06.265.861/0001-88		
Endereço: Avenida Lidormira Borges Nascimento s/nº			Bairro: Área Rural		
Município: Uberlândia	UF: MG		CEP: 38.438-899		
Telefone: (34) 99818-8219		E-mail: ctuberlandia@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( ) Sim, ir para o item 3      ( X ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome: Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia - CCPIU			CPF/CNPJ: 25.641.929/0001-20		
Endereço: Avenida Lidormira Borges Nascimento s/nº			Bairro: Área Rural		
Município: Uberlândia	UF: MG		CEP: 38.438-899		
Telefone: (34) 3236-4143		E-mail: presidencia@ccpiu.org.br			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia – CCPIU (Faz. Bom Jardim - Lageado)			Área Total (ha): 634,4006		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 12.107,114.154 e 143.635			Município/UF: Uberlândia /MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-3170206-B327.086D.8069.490C.8720.924F.EC8F.DB14					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		1,54		hectares	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	1,54	hectares	22k	782.949,85	7.898.350,52
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Outros		CLUBES SOCIAIS, ESPORTIVOS E SIMILARES, COMPLEXO DE LAZER E RECREAÇÃO		1,54	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
Bioma Cerrado	cerrado			1,54	
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha Nativa	lenha		53,2063	m³	

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 08/10/2025

Data da vistoria: 08/10/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 08/10/2025

**2. OBJETIVO**

A empresa Clube de Tiro de Uberlândia - CTU, matrícula 143.635, solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha, para a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia, área essa localizada e pertencente ao Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia. O empreendimento possui licenciamento na modalidade "não passível de licenciamento" de acordo com os parâmetros da DN COPAM 217/2017.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

A empresa Clube de Tiro de Uberlândia - CTU é exploradora do móvel objeto de análise, e solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha, para a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado. Coordenadas geográficas da UTM 22K X 782.949,85 e Y 7.898.350,52.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3170206-B327.086D.8069.490C.8720.924F.EC8F.DB14

- Área total: 634,5324 ha

- Área de reserva legal: 127,1338 ha

- Área de preservação permanente: 43,6279 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 94,7924 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Matrículas 143.635, 12.107 e 114.154 do CRI de Uberlândia - MG.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 06 fragmento

- Parecer sobre o CAR:

A localização e a composição da área de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

**4. Intervenção ambiental requerida**

A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha, para a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG.

Taxa de Expediente UAS: R\$ 696,91 - 23/06/2025

Taxa Florestal Lenha: R\$ 412,00 - 23/06/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23137870 - UAS

**4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Média

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Dentro de área prioritária com nível de prioridade Extrema.

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: Não se aplica

**4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Clubes Sociais, Esportivos e Similares, Complexo de lazer e recreação.

- Atividades licenciadas: Clubes Sociais, Esportivos e Similares, Complexo de lazer e recreação.

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível de licenciamento

- Número do documento: Certificado de não passível de licenciamento nº 144/2023 concedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia

**4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 08/10/2025 e fui acompanhado pelo presidente e pelo secretário do Clube de tiro. A empresa solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha, para a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia. Na vistoria pudemos observar que as áreas de supressão estão em área comum e tratam-se de vegetação de cerrado e de pequenos fragmentos isolados.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, está dentro do Bioma Cerrado, sendo constituído pela fitofisionomia de cerrado. No inventário apresentado foram identificadas espécies protegidas por Lei, e que não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas, não foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022.

Vale ressaltar que as áreas de reserva legal existentes dentro do imóvel encontram-se devidamente delimitadas e preservadas, assim como as área de preservação permanente.

O material lenhoso estimado da intervenção solicitada é de 53,2063 m<sup>3</sup> de lenha nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

**4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: Possui topografia plana a suave ondulada.

- Solo: O Imóvel possui solo do tipo Latossolo Vermelho Distrófico.

- Hidrografia: A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Microbacia do Rio Araguari, sendo banhada pelo Córrego Fundão.

**4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado. Para a realização dos estudos foram definidas 04 áreas para amostragem de forma aleatória, em trechos diferentes, seguindo critério probabilístico aleatório. Sendo o método de amostragem utilizado foi o de área fixa, a partir de demarcação de 30 parcelas de 20x50 metros.

- Fauna: A biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta diversidade ecológica reduzida, pois está próximo e dentro da zona urbana de Uberlândia e circundada de vários loteamentos, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

**4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não se aplica

**5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria remota e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a intervenção requerida, devido a necessidade de implantação e ampliação do clube de tiro.

A modalidade do inventário florestal e os demais estudos de flora foram apresentados seguindo o Termo de Referência com base na Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, ressalta-se que essas áreas de supressão são fragmentos remanescentes, isolados e em área comum, sendo os estudos de flora realizados pelo Biólogo André Eduardo Gusson.

No inventário apresentado foi identificado a ocorrência de pequi, espécie protegida por Lei, e que não poderá ser suprimida, devendo permanecer na área e ser preservada. Quanto às espécies em extinção não foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 148/2022. Além disso, as espécies que apresentaram os maiores IVIS (Índices de Valor de Importância) foram: *Qualea multiflora* (40,68), *Qualea grandiflora* (35,29) e *Caryocar brasilienses* (34,45), *Vochysia tucanorum* (28,83) e *Bauhinia rufa* (23,37). A maior quantidade de indivíduos arbóreos ficaram concentrados nas classes iniciais de altura e diâmetro, uma distribuição em J-invertido, condição comum em florestas inequiduais. No tocante à estatística, o Inventário Florestal apresentou um erro amostral de 5,36% e a média volumétrica obtida foi de 34,5496 m<sup>3</sup>/ha.

Vale ressaltar que as áreas de reserva legal existentes dentro do imóvel encontram-se devidamente delimitadas e preservadas.

Apresentar relatório de fauna e programa de afastamento, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, com prazo de um mês após a supressão.

O material lenhoso estimado da intervenção solicitada é de 53,2063 m<sup>3</sup> de lenha nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

**5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da intervenção requerida, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afastamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

**Exemplo de medidas mitigadoras:**

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.

- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei e ameaçadas de extinção.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora Clube de Tiro de Uberlândia - CTU conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 1,54ha, no Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia - CCPIU localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrícula nº. 60.320 do SRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 - A propriedade possui área total de 324,83ha, e possui reserva legal preservada, averbada dentro do imóvel, e informada no CAR, não inferior aos 20% exigidos por lei.

A localização e a composição da área de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Foi informado o protocolo de cadastro no sinaflor nº 23137870 - UAS.

3 - As intervenções tem por finalidade a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia.

4 - As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para a atividade de "Clubes Sociais, Esportivos e Similares, Complexo de lazer e recreação", conforme informado no requerimento de intervenção ambiental e no PIA anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, mapa, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 1,54ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado stricto sensu, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

A vistoria foi realizada em 08/10/2025, com acompanhamento do presidente e do secretário do Clube de Tiro, tendo como objetivo avaliar a solicitação de supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha para implantação e ampliação do clube de tiro de Uberlândia. As áreas de intervenção estão localizadas em região comum, compostas por vegetação típica do Cerrado e pequenos fragmentos isolados. O empreendimento está inserido no Bioma Cerrado, conforme o sistema IDE-SISEMA, e os estudos de flora foram conduzidos conforme o Termo de Referência da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021. O inventário identificou espécies protegidas por lei que deverão ser preservadas, não havendo registro de espécies ameaçadas de extinção segundo a Portaria Ibama nº 148/2022. As áreas de reserva legal e de preservação permanente estão devidamente delimitadas e conservadas.

O volume de material lenhoso estimado é de 53,2063 m³, com destinação parcial para uso interno e incorporação ao solo, conforme o Decreto nº 47.749/2019, art. 21, § 1º. A análise técnica, baseada em vistoria remota e ferramentas do IDE-SISEMA, não identificou impedimentos à intervenção requerida. Recomenda-se a apresentação de relatório de fauna e programa de afugentamento com prazo de um mês após a supressão, conforme termo de referência do IEF. Diante das informações técnicas e da conformidade com a legislação vigente, manifesta-se pelo deferimento total do pedido de supressão de vegetação nativa, localizado na Fazenda Bom Jardim - Lajeado, matrícula nº 143.635, zona rural de Uberlândia - MG.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 - Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual - URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 1,54ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa em uma área de 1,54 ha, para a implantação e ampliação da área do clube de tiro de Uberlândia, localizada no Clube de Caça e Pesca Itororó de Uberlândia - Fazenda Bom Jardim - Lajeado, matrícula 143.635, zona rural do município de Uberlândia - MG.

O material lenhoso estimado da intervenção solicitada é de 53,2063 m<sup>3</sup> de lenha nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal - R\$ 1.765,70 - 09/10/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

( ☒ ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

( ☐ ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

( ☐ ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, 60 dias após a supressão.

No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.**

No SINAFLOR, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF	60 dias após a supressão.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

água

( ☐ ) COPAM / URC ( ☒ ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Ignácio Jorge Nasser

MA SP: 1.198.192-5

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho

MA SP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 22/10/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 22/10/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **125646651** e o código CRC **074E1DAB**.

Referência: Processo nº 2100.01.0022675/2025-39

SEI nº 125646651